

A DESIGUALDADE de renda é muito mais alta do que se supunha e pouco variou de 2006 a 2012, indicaram estudos pioneiros publicados em agosto e setembro por três pesquisadores da UnB. A novidade desses trabalhos foi calcular a concentração de rendimentos entre os mais ricos do país com base nas declarações do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF).

Os autores, Marcelo Medeiros, Pedro de Souza e Fábio de Castro, refinaram seu estudo, calculando índices de desigualdade para cada ano de 2006 a 2012, dados que apresentam hoje na reunião anual da Anpocs (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais). A desigualdade medida pelo índice de Gini variou quase nada, de 0,697 até 0,704. Começa o período analisado em 0,697, termina em 0,689.

Medida pelos dados da Pnad, a

O capital e a desigualdade na mesma

VINICIUS TORRES FREIRE

desigualdade caiu até 2012, para um Gini próximo de 0,5. A Pnad é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE, o grande levantamento anual da situação socioeconômica do país.

A trilha aberta pelo trio vai levar outros pesquisadores a fazer seus próprios testes e provocar um debate que deve ir muito além do âmbito especializado.

Um novo “tabelão” da distribuição de renda vai chamar a atenção para os rendimentos do capital, até agora subestimados. A nova base de dados deve sugerir uma revisão de estudos sobre causas da desigualdade pessoal da renda e o que fazer

Estudos baseados em dados do IR devem mudar ideias sobre impostos e justiça social

a respeito. Deve lançar luz sobre a mal estudada justiça da divisão do peso dos impostos. Sobre a tributação de trabalho e capital. Sobre a relevância de tributar o patrimônio.

Os pesquisadores recorreram aos dados do IR para estimar a distribuição de renda dos 10% mais ricos da população. É nessa faixa que a renda no IR difere mais daquela captada por pesquisas amostrais, não apenas a Pnad.

De 2006 a 2012, houve mudanças na distribuição da renda dos 90% “mais pobres” da população. Entre os mais ricos, a história parece ter sido outra. Combinando dados do IR e da Pnad, os pesquisadores estimam que a renda total cresceu 50% entre 2006 e 2012. A metade mais pobre ficou com 11% desse acréscimo; os 5% mais ricos, com 50%. O 1% mais rico ficou com 28% do crescimento.

A Pnad é uma pesquisa tecnicamente muito boa, mas pode subestimar a renda dos mais ricos, o que ocorre com outras pesquisas do gênero pelo mundo. Dados do Censo, do mesmo IBGE, indicam essa ten-

dência de subestimação.

Cálculos de desigualdade baseados no IRPF, por sua vez, diferem também daqueles baseados no Censo. O IR, claro, não é uma pesquisa, mas um registro formal de declaração de renda que trata de parte minoritária da população (em 2014, foram entregues 26,8 milhões de declarações).

Como os próprios pesquisadores reconhecem, o assunto é ainda tecnicamente controverso; não há metodologia “preto no branco” para fazer tais contas. “Nosso estudo é uma primeira estimativa. As tendências gerais parecem claras, mas os números exatos ainda precisam ser interpretados com muita cautela. Nossa metodologia combina dados muito diferentes e depende de uma série de decisões que são um tanto arbitrárias. Tem suas fragilidades.”

vinit@uol.com.br

Senado aprova novo Refis e desoneração

Medida provisória que reabre prazo de adesão a programa de refinanciamento de dívidas será convertida em lei

Texto também torna permanente desoneração da folha de pagamento para 59 setores e inclui outros

RENATA AGOSTINI
GABRIELA GUERREIRO
DE BRASÍLIA

O Senado aprovou nesta quarta (29) a medida provisória que reabre o prazo de adesão ao Refis (programa de refinanciamento de dívidas com a União) e torna permanente a desoneração da folha de pagamento para 59 setores, entre outras medidas.

Com isso, a MP, editada em julho pelo governo, será convertida em lei.

O texto prevê que os interessados em aderir ao Refis terão agora 15 dias após a promulgação da lei para formalizar o pedido ao governo. O prazo havia sido encerrado no dia 25 de agosto.

A medida pode ajudar a União, que enfrenta dificuldades para cumprir as metas fiscais estipuladas para o ano, e aumentar a arrecadação nos próximos meses.

O texto traz incentivos tributários importantes para o setor privado, como a volta do Reintegra, que prevê benefícios fiscais aos exportadores. Com ele, as empresas poderão recuperar até 5% do faturamento com a venda de produtos manufaturados por meio de créditos tributários.

A desoneração da folha fica mantida para os 56 setores beneficiados hoje e ainda para firmas de engenharia e de arquitetura e empresas de transporte de passageiros sob regime de afretamento.

Para viabilizar a votação sem que o texto precisasse ser alterado, os senadores fizeram um acordo com o governo para que Dilma Rousseff vetasse dois pontos considerados polêmicos: a prorrogação dos prazos para o fim dos lixões e a medida que permite o alívio de multas a quem desvia verba pública.

Caso a medida provisória sofresse modificações, ela precisaria retornar à Câmara dos Deputados para nova votação. O prazo máximo para apreciação no Congresso, contudo, era 6 de novembro ou a medida provisória perderia validade.

BNDES E MERCADO

Além da reabertura do Refis, o texto da MP 651 prevê medidas que podem trazer alívio ao caixa do governo.

Ela autoriza a Fazenda a renegociar prazos e juros dos empréstimos concedidos pelo Tesouro Nacional ao BNDES, que utiliza o dinheiro para apoio a empresas.

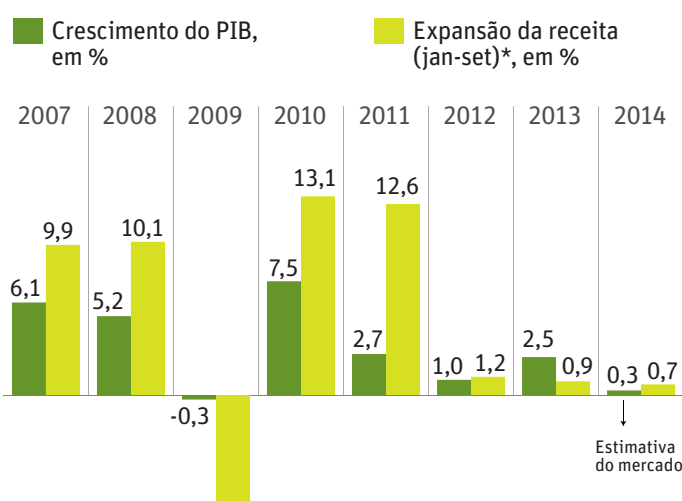
O dispositivo permitirá ao governo conceder mais prazo ao banco para quitar sua dívida com a União, protelando, assim, a necessidade de aportes do governo no banco.

Também ficou definido que haverá redução de custo de parte dos recursos repassados ao banco em 2009, com a mudança no indexador usado.

Em relação ao mercado de capitais, objeto inicial da MP, foi aprovada a isenção de IR até 2023 para o investidor que comprar ações de companhias de menor porte.

A medida provisória simplifica ainda o processo de retomada de veículos de clientes inadimplentes nos seus financiamentos.

IMPOSTOS
Mesmo com Refis, arrecadação cresce só 0,7%



Sem o Refis, receita estaria em queda no ano (R\$ bilhões corrigidos pela inflação)

jan-set. 2013	871,5
jan-set. 2014	877,3

Na receita deste ano, o Refis responde por R\$ 8,7 bilhões

O desempenho dos principais tributos (De janeiro a setembro, em valores corrigidos)

Tributo	R\$ bi	Variação (%)
Imposto de Renda	230,3	1,7
Contribuição previdenciária	229,5	1,5
Cofins	145,8	-3,7
CSLL	51,1	0,2
PIS/Pasep	38,9	-3,2
IPI	37,4	1,0
Imposto sobre Importação	27,7	-4,8
IOF	22,1	-6,2

Fonte: Receita Federal

*A expansão da receita desconta a variação do IPCA

Arrecadação mais fraca compromete contas do governo

GUSTAVO PATU
DE BRASÍLIA

A arrecadação de impostos e contribuições federais teve mais um resultado fraco em setembro, o que compromete o fechamento das contas neste ano e prenuncia cenário de escassez no início do próximo governo.

Segundo dados divulgados nesta quarta (29), arrecadaram-se R\$ 90,7 bilhões no mês passado —alta de 0,9% ante o período correspondente de 2013, descontada a inflação; no ano, são R\$ 862,5 bilhões (+0,7%).

É pouco, se comparado aos 3,5% esperados inicialmente pela equipe econômica do governo petista —que, com essa estimativa de receita, programou os gastos recordes deste ano eleitoral.

Os tributos apresentam desempenho declinante desde 2012, em consequência da desaceleração da economia, agravada neste final de mandato da presidente Dilma Rousseff. Desde maio, o caixa do Tesouro Nacional está no vermelho.

As consequências deverão ser mais visíveis a partir do próximo ano, quando dificilmente o governo poderá adiar um corte mais drástico de despesas: o projeto de Orçamento de 2015 conta com um aumento da arrecadação de muito improváveis 4% acima da inflação. O cálculo está amparado

numa projeção de crescimento de 3% da economia, também muito otimista diante das expectativas de analistas e investidores, que oscilam em torno de 1%.

A discrepância entre o que o papel prevê para o futuro e os resultados efetivos de hoje pode provocar um buraco orçamentário na casa de R\$ 50 bilhões em 2015 —o dobro das verbas do Bolsa Família, por exemplo.

REFIS DECEPCIONA

Mas os números são piores do que aparentam: a arrecadação deste ano está inflada pelo lançamento de mais um programa de parcelamento de dívidas de contribuintes com o fisco, como já havia sido feito em 2013.

A nova versão do programa, conhecido pelo nome genérico de Refis, engordou o caixa do Tesouro em R\$ 7,1 bilhões em agosto, quando foi inaugurado, e em R\$ 1,6 bilhão em setembro. Com o artifício, a receita de setembro foi recorde para o mês.

Analisados em separado, diversos tributos mostraram queda da receita no mês passado, casos de Cofins, PIS, IPI, Imposto sobre Importações e IOF.

Até o ganho com o Refis decepcionou a Receita, que esperava R\$ 2,2 bilhões e já examina a possibilidade de contribuintes terem abandonado o programa.

Por essa hipótese, parte dos empresários pode ter interrompido o pagamento das dívidas tributárias depois de obter a certidão negativa de pendências com o fisco.

BENEFÍCIO

STF adia julgamento da reapresentadoria

Um pedido de vista da ministra Rosa Weber adiou o julgamento da reapresentadoria no Supremo. Não há data para a retomada do caso. Até o momento, quatro ministros já se manifestaram. Dois deles defendem que os aposentados que continuaram a trabalhar têm o direito de pedir um novo benefício após os anos extras de contri-

buição à Previdência, Marco Aurélio Mello e Luís Roberto Barroso (este com um modelo intermediário). Até agora, foram contrários à reapresentadoria os ministros Dias Toffoli e Teori Zavascki. O governo estima um impacto nos cofres públicos de R\$ 20 bilhões a R\$ 70 bilhões se o STF decidir pela reapresentadoria.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 6ª REGIÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT- 6ª Região
Pr-e-69/14 – Proc. nº 185/2014

O Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, sito no Cais do Apolo, 739 – Recife - PE, torna público o certame em epígrafe. OBJETO: Registro de Preços - Aquisição e instalação de estrutura de armazenagem metálicas, mini porta pallets, para a guarda de acervo documental o TRT 6ª Região. RECEBIMENTO DE PROPOSTAS, por meio do portal www.licitacoes-e.com.br. ENCERRAMENTO DO RECEBIMENTO E ABERTURA DE PROPOSTAS: às 11 horas do dia 12/11/2014. INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: dia 12/11/2014 às 14 horas. Referência de tempo: horário de Brasília/DF. Informações pelo fone: (81) 3225-3445, das 8 h às 17 h (horário local). Para concorrer a este Pregão os interessados deverão cadastrar senhas de acesso em qualquer Agência do Banco do Brasil situada no País.

ANA LYLIA FARIAS GUERRA
Pregoeira

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

AVISO DE LICITAÇÃO
RDC Eletrônico SEP/PR nº 05/2014

A Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP/PR torna público que fará licitação para contratar empresa ou consórcio de empresas para a Elaboração dos Projetos Básico e Executivo de Dragagem, Sinalização, Balizamento e Execução das Obras de Dragagem de Aprofundamento por Resultado no Porto de Paranaguá-PR e demais serviços necessários e suficientes para a entrega das obras. **Abertura:** 19/11/2014 às 10 horas no site www.comprasgovernamentais.gov.br, link referente a este RDC. O Edital está disponível no site da SEP/PR www.portosdo brasil.gov.br e no site www.comprasgovernamentais.gov.br. **Informações:** pelo endereço licitacao.engenharia@portosdo brasil.gov.br e fone 61-3411-3788

Ivaci Odete Pozenato Costa
Presidente da Comissão de Licitação

A OSS-SPDM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA - HOSPITAL DE CLINICAS LUZIA DE PINHO MELO, convida as empresas interessadas em participar da Concorrência nº SE-60/2014 para Contratação de Empresa de Prestação de Serviços de Portaria, o Edital estará à disposição dos interessados no dia 03/11/2014 das 9h às 16h, no Hospital de Transplantes “Dr. Euryclides de Jesus Zerbini”, na Av. Brigadeiro Luís Antonio nº 2.651, 2º andar - Gestão de Contratos, Tel.: (11) 3170.6111.

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONVITE Nº 9880/2014

O Senac São Paulo comunica a realização de Licitação, na modalidade **Convite**, do tipo **Menor Preço**.

Objeto: Fornecimento e instalação de Grupo Gerador para o Senac São Bernardo do Campo.

Abertura: 4/12/2014 – às 10h30
Retirada do Edital: de 30/10/2014 a 14/11/2014
Horário: das 9h30 às 12h e das 14h às 17h30
Endereço: Rua Dr. Vila Nova, 228
7º andar – Vila Buarque – São Paulo – SP
Informações adicionais: (11) 3236-2219/2287

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Senac

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB

AVISO DE LICITAÇÃO

A Caesb torna público que realizará o Pregão Eletrônico PE-138/2014, processo nº 092.006667/2014. Tipo de licitação: Menor Preço. Objeto: Registro de Preços para cloro gasoso (líquido), válvula com fusível para cilindro e ponto de orvalho para cilindro. Valor estimado: R\$ 3.677.514,00. Data final para recebimento das Propostas: 14/11/2014, às 08h30min. Início da sessão de disputa: 14/11/2014, às 10h. O edital e seus anexos poderão ser encontrados no site: www.licitacoes-e.com.br. ID: 563034, a partir do dia 31/10/2014. Informações: (61) 3213-7233, e-mail: pregao@caesb.df.gov.br.

Brasília, 29 de outubro de 2014.
Pregoeiro: Paulo Cesar Ribeiro dos Santos